

## A TRAJETÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA SOCIEDADE E AMBIENTE ESCOLAR<sup>1</sup>

Gabrielle Kreutzfelt, acadêmica do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória/PR. Luciléia Kalamar, acadêmica do 4º ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória/PR. Ivanildo Sachinski, Mestre em Educação (UFSC). Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória/PR.

Contatos: kreutzfeltgabrielle@gmail.com

lu\_kalamar@hotmail.com

sachinski\_educa@hotmail.com

### RESUMO

O presente estudo visa apresentar o contexto histórico das pessoas com deficiência, com ênfase nas dificuldades encontradas por estes sujeitos ao serem inseridos na sociedade por meio do processo de inclusão, principalmente no ambiente escolar. A pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo e tem o intuito de gerar conhecimento e reflexões sobre o tratamento destinado àqueles considerados com necessidades especiais. Para tanto, apresentar-se-á primeiramente um breve histórico da constituição destes sujeitos onde tiveram seus direitos garantidos por lei. Em seguida, serão discutidas as principais dificuldades de inserção na sociedade, no mercado de trabalho e no ambiente educacional, apontando a defasagem da rede regular de ensino para atender estes sujeitos. Por fim, conclui-se ressaltando que a trajetória desse público lentamente foi se constituindo e que há muito pouco tempo conseguiram estar em meio a sociedade ainda que de modo simplificado, permeado pelo preconceito e discriminação, encontrando barreiras de participação.

Palavras-chave: Deficiência. Dificuldades. Inclusão. Inserção. Sociedade.

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado das discussões realizadas durante a disciplina de Fundamentos e Metodologia da Educação Especial e Inclusiva do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, campus de União da Vitória.

## INTRODUÇÃO

A educação Especial passou por diferentes fatos históricos que marcaram a trajetória e constituição dos indivíduos com necessidades especiais. Assim a pesquisa aponta os acontecimentos ao longo do tempo, bem como as principais declarações, leis e resoluções que foram sendo pensadas garantindo o direito destes sujeitos, inserindo-os na sociedade mesmo que lentamente e dolorosamente.

Pensando nas dificuldades de acesso que as pessoas com necessidades especiais enfrentam, foi direcionado nosso olhar para a garantia de seus direitos de livre participação na sociedade, abordando as dificuldades sociais e educacionais destes indivíduos que não são totalmente respeitados pelas pessoas, acarretando o distanciamento dos ambientes de trabalho e da qualidade de ensino. Um dos principais motivos deste fato é a falta de conhecimento das pessoas que não compreendem que a pessoa com necessidade especial é capaz de realizar atividades como qualquer outro indivíduo.

Ressalta-se o processo de inclusão e as dificuldades enfrentadas por eles dentro da sociedade e do sistema educacional, principalmente no processo de inclusão na rede regular de ensino, encontram-se diversos desafios a serem superados a fim de possibilitar o fácil acesso, a equidade e o atendimento educacional efetivo que as pessoas com necessidades especiais precisam.

A pesquisa é bibliográfica de cunho qualitativo a qual é explicada por Neves (1996, p. 02) “[...] buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo objeto de estudo que implique maior compreensão do fenômeno”. O intuito do trabalho é instigar o conhecimento e reflexões acerca do tema de modo a conscientizar as pessoas ao respeito e acolhimento daqueles com necessidades especiais.

O estudo justifica-se por apresentar as principais dificuldades encontradas pelas pessoas com necessidades especiais dentro do contexto social e educacional, pois estes passaram por momentos de muita solidão, sofrimento e exclusão, onde eram afastados do convívio social e punidos por não contribuírem com a produção capitalista. Somente depois da luta social desta comunidade e de muitas negações é que estes portadores conseguiram ter o mínimo de reconhecimento considerando de fato suas potencialidades e suas habilidades recebendo um tratamento direcionado para cada necessidade. Aos poucos foram sendo inseridos na sociedade e ganhando espaço nas diferentes esferas sociais, assim passaram a estar no mercado de trabalho realizando atividades que respeitassem seus limites e estar dentro do ambiente educacional com um atendimento especializado. (FRIAS, 2008/2009, p. 2-3).

## 1 HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A educação especial atravessou contextos diversificados e lentos para chegar onde está atualmente, incluindo um grande período de negligência, exclusão e extermínio. Isto porque a pessoa com deficiência era considerada fora de um padrão de normalidade social sendo privada de sua liberdade, Constâncio e Silva (2008, p.13) apontam em seus estudos o conceito de Pessoa com Deficiência:

Considera-se Pessoa Portadora de Deficiência aquela que apresente, em caráter permanente, perdas ou reduções de sua estrutura, ou função anatômica, fisiológica, psicológica ou mental, que gerem incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.<sup>2</sup>

Na antiguidade os deficientes não eram bem vistos, sendo abandonados e eliminados conforme relata as autoras Pacheco e Alves (2007, p. 243) em trecho de seus escritos “[...] a ‘marginalização’ da pessoa com deficiência existia e estava muitas vezes ligada à ideia de que as deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por espíritos maus, demônios ou uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos [...]” na Grécia o corpo e a beleza eram muito valorizados “Assim, crianças mal formadas ou doentes eram abandonadas à própria sorte para morrer”. Com o surgimento do cristianismo as pessoas com deficiências começaram a serem vistas como humanas recebendo mais atenção e proteção “[...] os cuidados com a pessoa com deficiência passam a ser assegurados pela família e a igreja [...]”.

De acordo com Bueno (2004, p. 74) “a maior parte dos escritos que de alguma forma dedicam-se à história da Educação Especial considera o século XVI como a época em que se iniciou a educação dos deficientes, através da educação da criança surda” o autor relata que o monge Beneditino Pedro Ponce é dito como o iniciador da Educação Especial no ano de 1541 na Espanha e abriu um leque para o cenário de mudança. Conseqüentemente em 1854 Louis Braille criou o sistema Braille através de um princípio de linguagem escrita em relevo proporcionando a leitura aos cegos e uma melhor comunicação, ficando destacado ainda para 1840 a criação do hospício Bicêtre que foi um marco da deficiência mental.

Conforme apontam Dota e Alves (2007, p.04), no Brasil “no período Imperial iniciou-se o tratamento de doentes mentais em Hospitais Psiquiátricos”. Assim os asilos e manicômios mantinham pessoas que não tinham condições de viver em sociedade sendo atendidos em caráter assistencialista. Os indivíduos levados para estes asilos eram considerados “vadios”

<sup>2</sup> De acordo com a Portaria da Secretaria dos Direitos Humanos Nº 2.344, de 03 de Novembro de 2010 o termo “Pessoas Portadoras de Deficiência” não é mais utilizado passando a ser substituído por “Pessoas com Deficiência”.

sendo frequentemente maltratados e torturados por não estarem contribuindo para o mercado capitalista e assim, recebiam este tipo de tratamento como forma de punição ou adequação tendo que submeter-se às exigências do processo produtivo. Neste sentido, Bueno (2004, p. 88) aponta:

Surdos e loucos, cegos e mendigos, todos faziam parte do movimento maior de segregação dos divergentes, dos que atrapalhavam o desenvolvimento do capitalismo e necessitavam ser enquadrados às suas exigências, todos se encaminhando para a internação e para o trabalho forçado, manual e tedioso, parcamente remunerado, quando não em troca de um lugar no “maravilhoso espaço do asilo-escola-oficina.

Aos poucos e muito lentamente durante o século XX é que começou a se pensar na inserção destes sujeitos no âmbito educacional, então a Educação Especial veio ganhando maiores proporções com a criação de instituições privadas de atendimento especializado que foram sendo criadas para atender as crianças excepcionais. O conceito de excepcionalidade vem sendo adotado na educação especial para substituir outras designações estabelecidas em relação às crianças que por algum motivo não se encaixam nos padrões esperados. Termos apontados por Bueno (2004, p.37) como “deficiente, prejudicado, diminuído” apontam a excepcionalidade como a diminuição de uma carga negativa imposta e um vocabulário inconveniente referente às pessoas ditas diferentes.

Algumas medidas foram tomadas a fim de garantir os direitos e atendimentos de escolarização e saúde aos deficientes, assim, intitulados pela Constituição Federal de 1988, o que conforme Kassar e Rebelo (2011, p. 07) ficou estabelecido “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A década de 1990 foi marcada pela Educação Especial e o Brasil é obrigado a assumir estas questões, o atendimento educacional para/com os sujeitos ditos “anormais” e “normais” por muitos anos separou-se para diferentes espaços com diferentes enfoques educacionais. Decorrente disso, em 1945 no Rio de Janeiro surgiu o Instituto Pestalozzi, que abriu espaço para a ampliação de novas instituições que atendem estas crianças dando-lhes um novo cenário para o atendimento aos excepcionais. A partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1971 a ideia das escolas especiais é reforçada, como apontam Kassar e Rebelo (2011, p.04) “[...] os alunos com deficiências físicas ou mentais, em atraso quanto à idade regular de matrícula e superdotados deveriam receber tratamento diferenciado do habitual em sua escolarização”.

O Brasil passa a assegurar o direito à educação para todos, no entanto os recursos não supriam a demanda destes sujeitos, deixando ainda os excepcionais sem um atendimento

eficiente de aprendizagem devido à falta de profissionais capacitados e materiais especializados. Em 1994 com a Declaração de Salamanca, profere que as instituições de ensino regular deveriam atender todas as crianças independentemente de suas condições, fato apontado por Kassar e Rebelo (2011, p. 08):

[...] a Declaração de Salamanca esclarece que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter suas necessidades atendidas sempre dentro do “sistema comum de educação” e os sistemas devem ser planejados de modo a contemplar as diferentes características dos alunos.

No entanto, somente após a imposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 é que se começa a pensar nos direitos de todas as crianças terem a obrigatoriedade de escolarização. Conforme Brasil (1996) em seu artigo 58 a educação especial pode ser entendida como “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. No entanto, o atendimento era realizado por meio do diagnóstico que tinha a função de identificar a situação em que a criança se encontrava, o que direcionava o profissional enquadrá-lo ao atendimento terapêutico que está articulado com ao trabalho médico e/ou educacional com o intuito de desenvolver e promover o conhecimento nestes indivíduos.

Nesse contexto, sob a análise dos documentos que amparam a inserção das pessoas com deficiências no ensino regular, percebe-se que há uma complexidade no que se diz respeito aos direitos negados que estes indivíduos tiveram por muitos anos e que hoje passam a estar dentro das salas de aulas do ensino regular, mesmo que sem condições necessárias para um atendimento efetivamente voltado para suas necessidades especiais.

Conforme explanado por Kassar (2011, p. 6) em 2003, o Governo Federal é forçado a implantar uma política de Educação Especial, e permite que sejam feitas matrículas de crianças excepcionais nas escolas regulares mesmo sem um atendimento especializado. Assim, com o Decreto de 2008, declara-se que seriam feitos investimentos para estas crianças e, em seguida com a Resolução nº 4 das Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica aponta que estes investimentos seriam feitos por meio de salas de recursos e em centros especializados de atendimento. Desse modo, Pereira, Moura e Albuquerque (2017, p. 124) exaltam que:

[...] é notório que a partir das conquistas através das lutas dos deficientes por mais espaço e para estarem incluídos na educação, só se consolidou a partir da criação de documentos e leis, onde o Estado teve que assumir a sua responsabilidade a frente

de procurar oportunizar chances, condições de acesso, participação e aprendizagem em um ensino regular aos alunos com necessidades especiais, bem como fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos a fim de eliminar as barreiras que ocorrem no processo de ensino e aprendizagem.

Há um grande desafio da implementação de políticas de “Educação Inclusiva”, onde asseguram o direito das crianças com de deficiências nas escolas, pois não se tem muitos recursos que auxiliem o trabalho do professor regente, levando em consideração a estrutura da escola, os professores auxiliares, materiais pedagógicos adaptados e as salas de recursos multifuncionais.

## 2 DIFICULDADES SOCIAIS

As pessoas com deficiências foram sempre menosprezadas, sofreram repressão e não se encaixavam nos padrões da sociedade, assim foram sempre deixados de lado sem ter as suas condições básicas de vida atendidas. Isso porque conforme Maciel (2000, p. 53):

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas.

A inclusão vem abrindo um novo espaço de apoio às pessoas com necessidades especiais, de maneira que possam ser aceitas na sociedade com os mesmos direitos de qualquer outro indivíduo.

O termo inclusão tem sua origem na palavra integração, já que esta foi usada de forma errônea. Inclusão não é somente uma questão de colocar alguém em um grupo junto com outras pessoas. Inclusão é receber alguém e fazer desse alguém parte importante de tudo aquilo que ocorre no dia a dia da sociedade (CONSTÂNCIO; SILVA, 2008 p. 23).

Conforme aconteceu o processo de inserção destes deficientes no meio social, foi necessária uma adaptação dos obstáculos, a fim de facilitar a mobilidade e o acesso destas pessoas para uma melhor qualidade de vida.

Neste sentido, a inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas com deficiência em seus sistemas, ao mesmo tempo que estas preparam-se para assumir seus papéis na sociedade. É então, um processo bilateral no qual tanto a pessoa ainda excluída, quanto à sociedade, buscam equacionar problemas, buscar soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (PACHECO; ALVES, 2007 p. 246).

Apesar de alguns problemas de desigualdades tentarem serem solucionados, o desafio ainda é grande, isto porque muitos conceitos ainda precisam melhorar. Nem todos os locais possuem acessibilidade para que as pessoas com deficiência possam locomover-se livremente, para Schirmer et al., (2007, p.107) “os ambientes acessíveis não promovem apenas o bem-estar para as pessoas com deficiência, mas também contemplam e atendem toda a gama de diferenças humanas”.

A acessibilidade é uma forma de participação ativa e um direito de qualquer cidadão, é o que apontam POKER, MARTINS e GIROTO (2016, p. 109):

[...] a questão da acessibilidade ainda está um pouco atrasada: o direito de um sujeito está além da visão do poder ir e vir em espaços públicos, por exemplo, com rampas para cadeirantes, piso podotátil para cegos, dentre outros. Ademais, vai além de um Intérprete de Língua de Sinais em sala aula para um aluno surdo. A acessibilidade engloba inúmeras necessidades do sujeito, seja ela atitudinal (referente ao apoio a pessoas que sofrem algum tipo de preconceito), arquitetônica (relativa ao acesso a espaços públicos: prédios, residências, parques etc.), comunicacional (atinentes à adaptação de materiais informacionais, de modo a se tornar mais acessível ao usuário), instrumental (referente à adaptação de objetos de uso comum ao usuário), metodológica (estratégias de ensino de acordo com a necessidade do usuário) e programática (implementação de políticas públicas sobre acessibilidade em leis, decretos etc.) (POKER; MARTINS; GIROTO. 2016, p. 109).

Sabemos que o mundo é altamente competitivo, e que uma pequena interferência pode fazer a diferença na atuação das pessoas com alguma deficiência, dessa maneira o mercado de trabalho acaba ficando muito mais complicado. De acordo com Constâncio e Silva (2008) a inclusão no mercado de trabalho destas pessoas somente cresceu com uma lei de cotas que exigia este posicionamento de contratação por parte das empresas que poderiam arcar com muitas caso não fosse cumprido, mesmo assim muitos estabelecimentos alegam dificuldades em adequar o local de trabalho bem como disponibilizar treinamento eficaz.

As consequências sociais, econômicas e culturais são enormes na vida de quem possui necessidades especiais, devido à grande amplitude da discriminação que há em meio à sociedade desde os primórdios dos tempos e infelizmente até os dias atuais. Bahia e Schommer (2010, p.444) ressaltam que para superar a discriminação e possibilitar que estes indivíduos estejam de fato inclusos é uma ação que envolve toda a sociedade.

É certo que a construção de uma sociedade inclusiva que reconheça, valorize, conviva e aproveite sua própria diversidade é algo complexo, processual, construído coletivamente por cidadãos, instituições, governos e comunidades, como uma responsabilidade social compartilhada (BAHIA; SCHOMMER. 2010, p. 444).

Os autores Ramalho e Souza (2005, p. 02) revelam que a família possui um papel fundamental na vida da pessoa com deficiência, direcionando o caminho e avançando suas limitações em direção à qualidade de vida do sujeito e a preparação para o trabalho. E ressaltam “disponibilizar trabalho a essas pessoas não é caridade, mas sim respeitar o princípio básico da igualdade perante a sociedade”.

O preconceito ainda é a maior dificuldade podendo interferir de maneira muito negativa na vida do deficiente. Para as autoras Pacheco e Alves (2007, p. 243) “O preconceito pode gerar na pessoa com deficiência sentimentos de baixa autoestima, dificuldades nos relacionamentos afetivos e sociais, prejudicando a qualidade de vida destas pessoas”. É necessário que a população perceba que as pessoas com deficiência possuem somente alguma limitação, mas que este fator não impede a igualdade de seus direitos, as oportunidades e uma boa qualidade de vida.

### 3 DIFICULDADES ESCOLARES

Até a década de 1940 as crianças com necessidades especiais em seu contexto social não tinham o direito de ir para as escolas, visto que, eram consideradas incapazes de aprender, e ao mesmo tempo não se entendia muito sobre como elas aprenderiam, muito mais sendo em uma escola de ensino regular. Assim com o passar dos anos foram se destacando por suas características que dificultam seu processo de aprendizagem, de interação, socialização e desenvolvimento intelectual e cognitivo. Desse modo, estas crianças excepcionais fora dos padrões da sociedade, passam a serem vistas não mais com uma carga negativa e sim com um olhar positivo. Sob uma perspectiva inclusiva e pensando em garantir o direito de estar dentro das escolas de ensino regular, possibilitando que a discriminação e exclusão sejam abatidas para/com estes indivíduos, as políticas públicas educacionais são reelaboradas a fim de possibilitar a inserção dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares. Assim Silva, Gonçalves e Alvarenga (2012, p. 97) ressaltam:

[...] a inclusão dos portadores de necessidades especiais no ensino regular desponta como propulsora de uma nova realidade social. Inserir todos os alunos em uma escola regular, não discriminando aqueles que historicamente foram segregados e envolver a família no processo educacional mostra ser a forma mais efetiva de transformar a sociedade. Esses anseios vêm ao encontro do debate atual do Direito, quanto à dignidade, igualdade de oportunidades e proibição da discriminação.

Pensando em um atendimento que de fato prestasse um serviço eficiente voltado

para as necessidades dos deficientes, o Ministério da Educação propõe uma nova estratégia onde aqueles que possuem transtornos globais de desenvolvimento e os indivíduos com altas habilidades/superdotação, deveriam estar matriculados nas escolas de ensino regular e também à estarem recebendo um Atendimento Educacional Especializado. Seriam realizados trabalhos específicos com estes indivíduos buscando desenvolver seus aspectos físicos, psicomotores e intelectuais neste sentido Brasil (2008, p. 01) estabelece:

Por intermédio da Secretaria de Educação Especial, considerando a Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito de todos a educação; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; e o Decreto Legislativo nº 186, de julho de 2008, que ratifica a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), institui as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

A partir deste momento surgem os desafios de implantação da inclusão, as crianças começam a ir para as escolas normais em um processo de inclusão, que previa aproximar as crianças com necessidades especiais das outras em busca de seu desenvolvimento. A inserção dos deficientes na sociedade levou um período de tempo muito grande e que lentamente foi se constituindo, sendo garantida por lei a participação ativa destes indivíduos na sociedade. O âmbito educacional é considerado o principal lugar de construção de conhecimento e desenvolvimento integral dos sujeitos. De tal modo, Brasil (2008, p. 09) explica:

Os estudos mais recentes no campo da educação especial enfatizam que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados, não se esgotando na mera especificação ou categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os alunos.

A inclusão das pessoas com necessidades especiais nas escolas de ensino regular torna-se ainda mais complexa, pois os envolvidos neste processo não são somente os pais por matricularem seus filhos nestas escolas e sim todos aqueles que participam do funcionamento das escolas e do sistema de ensino, como apontado por Sant’Ana (2005, p. 228):

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes deem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao

aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional.

Ao garantir o direito destas crianças irem para as escolas, estas passaram a ter uma maior dificuldade de aprendizagem, visto que, os professores não eram capacitados e ainda não possuíam uma formação específica para trabalhar com crianças especiais e que necessitavam de maior atenção e atendimento pedagógico. Neste contexto, Sant'Ana (2012, p. 231) aponta que “o fato de esses alunos estarem no mesmo ambiente com os demais não quer dizer que estejam incluídos, realmente, no contexto escolar”, e sim necessitam estar recebendo um atendimento que atendam suas necessidades de fato com materiais e recursos adaptados para seu desenvolvimento e aprendizagem.

Nas discussões realizadas durante o curso de Pedagogia na disciplina de Educação Especial foi possível perceber que muitas de nós futuras professoras da Educação Infantil e Anos iniciais encontramos-nos despreparadas para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais mesmo com as ofertas de cursos de formação continuada neste âmbito, as abrangências desta modalidade são enormes e não conseguem compor todas as diversidades de maneira que superem a demanda. Assim o professor que não buscava por conhecer melhor sobre a doença ou dificuldade de seus alunos, acabava excluído das atividades do restante da turma, intensificando ainda mais a exclusão desse aluno prejudicando seu desenvolvimento. Desse modo, as ações do docente se diferem dos objetivos do sistema educacional, onde não atendem e nem trabalham em função do desenvolvimento de seu aluno muitas vezes por falta de uma formação e uma especialização que o capacite para estas funções, no entanto Pletesch (2009, p. 154) ressalta que:

[...] combinar-se-iam o trabalho do professor regular e a atuação do professor especializado, pois o generalista teria o mínimo de conhecimento e prática com alunos especiais, enquanto o especialista teria conhecimento aprofundado e prática sistemática no que concerne a necessidades educacionais específicas. A formação pedagógica do especialista deveria ser de caráter geral, com aprofundamentos específicos que permitiriam um atendimento especializado. Antes de tudo, portanto, seria um professor, encarregado de auxiliar o professor regular.

A falta de especialização e de conhecimento sobre as necessidades especiais faz prevalecer o distanciamento entre professor e aluno, desestabilizando o processo de ensino e aprendizagem. Assim sendo, é essencial que durante sua formação docente o professor seja preparado para receber estas crianças em sala de aula possibilitando uma aprendizagem efetiva, como apontado por Maciel (2000, p. 55):

Para que haja a verdadeira integração professor-aluno, é necessário que o professor da

sala regular e os especialistas de educação das escolas tenham conhecimento sobre o que é deficiência, quais são seus principais tipos, causas, características e as necessidades educativas de cada deficiência. O professor precisa, antes de tudo, ter ampla visão desta área, que deve ser proveniente de sua formação acadêmica.

O atendimento realizado para/com crianças denominadas especiais, gerou muita preocupação, visto que haviam poucas especializações nesta área a capacitar professores para atendê-los. Assim, houve o surgimento de instituições de atendimento ao especial públicas e privadas, sendo que muitas possuíam caráter “clínico”, que contavam com profissionais da área da saúde, onde, faziam atendimento de cura, recuperação e, além disso atuavam com o trabalho pedagógico sem algum tipo de especialização.

Desse modo, pode-se entender que o Atendimento Educacional Especializado propõe uma Educação Especial que deve ser oferecida com eficiência, auxiliando o processo de escolarização do ensino regular, assim segundo Brasil (2008, p. 01):

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem amparando os deficientes e aqueles que possuem alguma dificuldade de aprendizagem dentro do próprio ambiente escolar e também em centros de atendimento especializado sendo em horário inverso ao do período escolar, assim ainda conforme Brasil (2008, p. 01) “o [...] AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. Ainda, Brasil (2008, p. 04) aponta que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada”.

Nessa perspectiva, percebeu-se que as crianças com necessidades especiais hoje já estão recebendo um atendimento que prevê seu desenvolvimento integral auxiliando em seu processo educacional. No entanto, há uma grande demanda destes serviços, pois ainda não temos professores com uma formação específica para atuarem com estas crianças, o que ocasiona uma defasagem no processo de ensino e aprendizagem destes alunos. Nessa perspectiva, a inclusão destes indivíduos vai além de permitir e/ou garantir o acesso à participação na sociedade e no acesso ao ensino regular, mas também é preciso ter, conforme Brasil (2001, p. 26):

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro traduz-se no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vista à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional.

A inclusão deve ser compreendida como fundamental para construção da sociedade, logo que, segundo Brasil (2001, p. 20):

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

A inclusão perpassa em todo e qualquer lugar, ou seja, quando houver necessidade de uma pessoa com necessidade especial sair de sua casa em busca de qualquer atendimento, deve haver espaços de fácil acesso para que eles possam estar indo e vindo com facilidade recebendo um atendimento especial que atenda suas necessidades sendo disponibilizado recursos para o acesso facilitado destes indivíduos garantindo sua participação efetiva com as mesmas oportunidades que os outros indivíduos.

Apesar da inclusão já vir acompanhando o contexto escolar a algum tempo os acontecimentos e dificuldades enfrentadas, tanto pelo professor quanto pelo estudante em sala de aula ainda são imensas, isso porque o professor não está preparado para lidar com as questões que envolvem uma sala de aula e oferecer um atendimento especializado com poucos recursos o que requer atenção redobrada e dedicação. Além disso, a falta de conhecimento sobre os assuntos voltados às deficiências e transtornos fazem com que o professor não entenda como trabalhar com o aluno. Em contrapartida o aluno por vezes acaba frustrado por não conseguir acompanhar seus colegas, sentindo-se excluído. Percebe-se a importância de um professor capacitado para atuar nas escolas que saiba se posicionar e escolher a melhor maneira de atender seu aluno facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

A acessibilidade das escolas também é um fator que deixa a desejar, pois precisam ter as características ideais para atender aqueles que necessitam, uma vez que se não adequadas podem inibir o desenvolvimento do aluno que não consegue realizar suas tarefas diárias e rotineiras. Conforme Schirmer et al., (2007, p. 105) a estrutura não é pensada e a mudança precisa acontecer.

É válido apontar que os prédios escolares não apresentam acessibilidade espacial e há uma grande dificuldade de arquitetos e engenheiros entenderem esse direito. É preciso fazer uso da legislação para que de fato os ambientes escolares se transformem em ambientes acessíveis e conseqüentemente acolhedores. Paralelamente ao seu ingresso pode-se observar a falta de acessibilidade espacial na quase absoluta maioria dos edifícios escolares que foram construídos sem considerar as necessidades das pessoas com deficiência.

É possível perceber que as escolas não compõem estruturas específicas e equipamentos necessários para atender as especificidades dos alunos inclusos, fato que Schirmer et al., (2007, p. 105) ressalta “se nosso objetivo é a participação efetiva de alunos com deficiência nas atividades escolares, faz-se necessário um ambiente adequado para garantir essa participação”. Ao almejar a inclusão de verdade muitas questões ainda precisam melhorar, e se cada um fizer a sua parte neste processo caminhando em busca de igualdade de oportunidades e direitos para todos os cidadãos independentemente da limitação de cada um a inclusão será feita de modo gradativo e efetivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo as pessoas com algum tipo de necessidade especial passaram por inúmeras dificuldades de aceitação na sociedade em geral considerando-os como deficientes, incapazes, entre outras denominações que as diminuíram. Através do contexto histórico das pessoas com necessidades especiais foi possível fazer este acompanhamento e perceber que passaram por um contexto lento rumo ao progresso, atravessando um processo de exclusão onde eram excluídos da sociedade por apresentarem deficiências físicas, ou chamados de “loucos” por possuírem alguma deficiência mental, até começarem a serem vistas como humanos e serem aceitos na sociedade. Este processo de aceitação, no entanto, contou com inúmeras leis e decretos para que toda a sociedade passasse a ter um olhar menos preconceituoso e abrisse espaço para que os deficientes pudessem participar ativamente no meio social.

Por meio da inclusão as pessoas com necessidades especiais começaram a ser inseridas em diferentes âmbitos, passaram a ter mais liberdade de locomoção, conquistaram vagas no ambiente de trabalho e puderam ingressar no meio educacional, inclusive no ensino regular, garantindo cada vez mais os seus direitos. Também receberam atenção diferenciada com um olhar pedagógico através do atendimento especializado que vem complementar o ensino e colaborar ainda mais para o seu pleno desenvolvimento.

Apesar de todas estas conquistas e de todo conhecimento que atualmente dispomos, o preconceito ainda vem mascarado impedindo as pessoas deficientes de terem uma vida normal, uma vez que muitas necessitam de ajuda para conseguirem realizar suas atividades. A maioria dos lugares não facilita nenhum pouco o acesso aos deficientes e quando possuem são precários ou ocupados por outras pessoas sem o mínimo de consideração, como é o caso das vagas de estacionamento. É importante a conscientização da sociedade em geral sobre o enfrentamento diário de dificuldades que os deficientes enfrentam, conhecer mais sobre o assunto e a respeito das leis que os amparam, todos poderão contribuir com o respeito e a qualidade de vida às pessoas com necessidades especiais.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA, Melissa Santos; SCHOMMER, Paula Chies. Inserção profissional de pessoas com deficiência nas empresas: preocupações, práticas e caminhos. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 54, p. 439-461, jul./set. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-92302010000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação na educação básica**. Brasília: MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração / segregação do aluno diferente**. 2 ed. rev. São Paulo: EDUC, 2004.
- CONSTÂNCIO, Daiana Aparecida; SILVA, Rosana Ernica Pinheiro Martins. **Inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho**. 2008. 74 f. Monografia (MBA em Gestão Empresarial) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, 2008.
- DOTA, Fernanda Piovesan; ALVES, Denise Maria. Educação Especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, Garça, v. 5, n. 8, maio 2007.
- FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular**. Material Didático-Pedagógico (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paranaíba, Paranaíba, 2008/2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. REBELO, Andressa Santos. O “especial” na educação, o atendimento especializado e a educação especial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: MULTIPLICIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, 4., 2011, Nova Almeida. **Anais...** Nova Almeida, 2011.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: uma questão de inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, abr./jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jul. 2020.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996. Disponível em: <[https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf)>. Acesso em: 29 de Jul. de 2020.